

RESUMO

A língua, veículo privilegiado de conhecimentos e de ideias, desempenha um papel insubstituível na educação e na formação. E se isto é verdade para todos os países, é-o sobretudo para aqueles que apenas são vistos em função do seu desenvolvimento económico (ou da falta dele), como acontece nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas também num outro que com eles partilha o espaço da CPLP, Timor Leste.

Nesta comunicação pretende-se abordar o papel da língua portuguesa na política educativa de Timor Leste. Nesse sentido, procurarei responder às seguintes questões:

- *Quais os critérios que fundamentaram a escolha da língua portuguesa?*
- *Qual o papel das línguas no currículo?*
- *Qual a função da língua portuguesa na escola?*

QUAL O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA POLÍTICA EDUCATIVA EM TIMOR LESTE?

Lúcia Vidal Soares

Instituto Politécnico de Lisboa
– Escola Superior de Educação

95

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICA EDUCATIVA, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, IDENTIDADE, GEOPOLÍTICA

A língua, veículo privilegiado de conhecimentos e de ideias, desempenha um papel insubstituível na educação e na formação, isto é, em todos os processos de desenvolvimento científico e tecnológico. E se isto é verdade para todos os países, é-o sobretudo para aqueles que, muitas vezes, apenas são vistos em função do seu desenvolvimento económico ou da falta dele, como é o caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas também de um outro país que com estes partilha o espaço da CPLP, Timor Leste.

Ora nenhum desenvolvimento é possível sem o suporte da educação e essa educação não se pode conceber sem uma língua que as populações envolvidas dominem, pelo que, nas sociedades multilingues, a escolha da língua a utilizar coloca-se de imediato como questão política, pragmática e de desenvolvimento.

Nesta minha comunicação pretendo reflectir sobre o papel da língua portuguesa na política educativa de Timor Leste, abordando três aspectos, que, em minha opinião, são centrais:

- Quais os critérios que fundamentaram a escolha da língua portuguesa?
- Qual o papel das línguas no currículo?

- Qual a função da língua portuguesa na escola?

Começemos, pois, pelos *critérios que fundamentaram a escolha da língua portuguesa*.

No contexto geopolítico de Timor Leste, a diversidade linguística e o multilinguismo da população não é um caso isolado. Hanna Batoréo afirma (2008, sem nº de pág.) que “a área ocupada pelas ilhas da Malásia e da Indonésia é representativa da maior diversidade linguística do mundo, onde o número aproximado de um décimo das línguas mundialmente conhecidas é falado por, apenas, um por cento da população mundial”.

Além deste bi/plurilinguismo, Timor Leste sofre as consequências de uma cisão linguística que ocorreu, após a ocupação indonésia, em Setembro de 1999.

Quando em 2000, o Conselho Nacional da Resistência Timorense, no seu Congresso de Agosto, votou pela restauração do português como língua oficial e declarou o tétum a sua língua nacional, verificou-se de imediato que a proibição de falar português, imposta pelos indonésios e a obrigatoriedade de falar malaio indonésio, no período compreendido entre 1975 e 1999, tinha criado duas comunidades de falantes: os velhos falantes de português e os jovens falantes de *bahasa*.

No entanto, o facto de a sociedade timorense ser uma sociedade fortemente hierarquizada, onde o respeito pelo *katuas* (o velho) está enraizado, terá levado a que a voz deste se tenha feito ouvir, naquela altura, na preferência pela língua portuguesa, quando da escolha da língua oficial. Mas também a de Geoffrey Hull, reconhecido linguista australiano, que num discurso dirigido ao já referido Congresso Nacional, realçou os seguintes aspectos em prol da escolha do português:

- “*o mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua*” (sublinhado nosso).
- “*As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional*” (sublinhado nosso).
- “*o papel central da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável*” (sublinhado nosso).
- “*se Timor Leste deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via [...], privará os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional*” (Hull, 2001: 39) (sublinhado nosso).
- E concluía:

“*o português em si é um idioma de importante relevo no mundo moderno. [...] [...] a Lusofonia, ou a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, irá ligar Timor-Leste com uma comunidade mundial, proporcionando vantagens sociais e culturais e benefícios materiais*” (Hull, 2001: 41) (sublinhado nosso).

Já Luís Filipe Thomaz (1998: 648) considerava o português como “o cimento aglutinador da identidade cultural entre os povos de Timor oriental”. Finalmente, o próprio Xanana Gusmão (2002), representando o poder político timorense, afirmou na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, Brasil, quando Timor Leste passou a figurar como membro efectivo, que a escolha do português como uma das línguas oficiais do país se justificava pelo peso da sua tradição: “O português é a nossa identidade histórica, que ironicamente nos foi concedida pela presença colonial” e pela “opção política de natureza estratégica que Timor Leste concretizou com a consagração constitucional do português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo, e, em particular, na nossa região...”.

Em 2002, a Constituição Nacional decretou o tétum e o português como línguas oficiais, reconhecendo o *bahasa* e o inglês como línguas de trabalho. Quando mencionamos o tétum referimo-nos ao *tétum praça*, o dialecto de Díli.

Ora, se em termos políticos é reconhecida a existência de várias línguas no território, ainda que com diferentes estatutos, o que ocorre no Currículo Nacional Timorense?

O PAPEL DAS LÍNGUAS NO CURRÍCULO

Analisando os currículos das duas línguas oficiais, tétum e português, são escassas as referências a outras línguas.

No Programa de Tétum (2005), a língua é considerada como

um instrumento de comunicação de grande importância para o desenvolvimento intelectual, social e emocional do ser humano e para isso é preciso *que a língua de ensino e aprendizagem seja do domínio dos alunos, de forma a garantir a possibilidade de desenvolver tais competências*, sendo eles capazes de adquirir mais conhecimentos, recolher e processar informações bem como exprimir-se livremente quer em situações formais, quer informais (sem paginação; tradução¹ e sublinhado nosso).

Face a estas afirmações, permitimo-nos perguntar: afinal qual é a língua de ensino? O tétum ou o português?

Segundo o mesmo documento,

O Ministério da Educação estipulou cinco horas semanais para a aula de Tétum nos três primeiros anos de escolaridade, sendo reduzidas à medida que os alunos vão progredindo, para dar lugar ao português nos níveis mais avançados (sem paginação) (tradução e sublinhado nosso).

Contudo, no esboço do Currículo de Estudo do Meio (2004: iv) é apresentada uma outra estrutura curricular, por sinal aquela que efectivamente vigora:

| Anos | 1º e 2º | 3º | 4º | 5º e 6º |
|-----------|---------|----|----|---------|
| Português | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Tétum | 5 | 4 | 3 | 2 |

O Programa de Língua Portuguesa é estanque no que respeita à convivência com outras línguas e a perspectiva didáctica proposta é fundamentalmente comunicativa, apelando ao desenvolvimento de “competências comunicativas, linguísticas e culturais que permitam [à criança] utilizar a Língua Portuguesa (...) , *quer na escola, quer no meio e na comunidade a que pertence*” (2005: 3) (sublinhado nosso).

A língua é encarada como “*uma ferramenta* que permite adquirir conhecimentos, que possibilita a comunicação com os outros, que facilita a descoberta e a compreensão do mundo que está à sua volta” (2005: 3). É igualmente feito um apelo à transversalidade da língua, ao afirmar-se que: “o domínio da linguagem é fundamental para aceder a outros saberes” (...) (2005: 3) (sublinhado nosso).

Efectivamente, o domínio linguístico revela-se de primordial importância para a aquisição de outros saberes e para uma eventual interacção dentro da sala de aula, porque fora desta e *quer no meio, quer na comunidade a que pertencem* a língua utilizada não é o português, excepção feita, evidentemente, para o contacto com as comunidades lusófonas que existem no país.

A política educativa manifesta algumas imprecisões que merecem ser esclarecidas.

A FUNÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA

No que respeita à escola, podemos considerar dois aspectos: os agentes, os professores, e os instrumentos de ensino, os manuais. Relativamente aos primeiros, temos de reconhecer alguma fragilidade quer no domínio da língua portuguesa, quer na preparação científico-pedagógica. De acordo com as instruções oficiais, era expectável que, em 2010, a língua de ensino até ao 2º ano do ensino secundário (o nosso 11º ano) fosse o português, mas na realidade tal não acontece. No pré-secundário e no secundário, os docentes ministram as suas aulas, fundamentalmente, em *bahasa* (malaiu indonésio), pela falta de proficiência em português. Maior domínio manifestam os professores do ensino primário, alguns deles *formados* na antiga Escola Canto de Resende ou provenientes do extinto curso de Professor Catequista.

No que concerne aos segundos, os instrumentos, dada a inexistência de materiais quer em tétum, quer em qualquer uma das restantes línguas autóctones, a primeira opção foi a de escolarizar as crianças em português, contrariando deste modo a resolução da UNESCO de 1953 sobre a educação básica que considera que “o melhor meio para ensinar é através da língua materna do aluno”.

Uma vez que a língua não é apenas um meio de comunicação entre os falantes, mas representa igualmente o modo como se estrutura e desenvolve o pensamento individual e “através da intersubjectividade deste, o colectivo. A língua é assim uma questão essencial para a identidade e afirmação de um povo”, como escreveu Rui Machete num artigo de opinião, no *Diário de Notícias* de 27 de Agosto de 2004. A escolha do português como língua de escolarização parece ir em contra-mão.

Após a independência, entre 1999 e 2004, e devido à completa inexistência de orientações e materiais de ensino em português, o Ministério da Educação de Portugal, através do núcleo de Ensino de Português no Estrangeiro, viabilizou a adaptação de o manual *Voa com as palavras*, que já existia no mercado, para o ensino primário em Timor Leste. Esta adaptação foi feita apenas para os níveis 1 e 2.

Em Novembro de 2003, na tentativa de dar continuidade a estes manuais, surge o *Beiro português*, um verdadeiro *melting pot* textual (textos de vários níveis para públicos diversificados). Este manual foi seleccionado pelo Banco Mundial, que valorizou a adequação dos temas ao contexto onde seria utilizado e a diversidade de níveis linguísticos dos textos propostos.

Em 2005, é aprovado o Currículo para o Ensino Primário, que abrange os seis primeiros anos de escolaridade e onde se estipula o português como língua de ensino a ser implementado de forma progressiva. Após a aprovação do currículo, entrámos numa nova fase com a publicação de seis manuais de língua portuguesa para o ensino primário.

Foram então constituídas equipas mistas (portugueses e leste-timorenses) para a sua produção. Esta heterogeneidade revelou-se extremamente rica e constituiu um acto de cooperação por excelência. Neste processo coube-me o papel de coordenação e de co-autoria, o que permitiu traçar um percurso didáctico contextualizado naquela realidade, quer do ponto de vista linguístico, quer cultural, quer até institucional, mas, que se foi, gradualmente, alargando a toda a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O manual do 6º ano que tem por título *8 Mundos, 8 vozes* (2008) representa o culminar desta caminhada e apresenta-se como um *livro de viagem* (*manual de viagem*, no caso presente!) pelos oito países que integram aquela Comunidade.

Para a elaboração de cada um dos manuais escolares foi tido em conta o currículo do respectivo ano de escolaridade e a acepção de *currículo* proposta por Maria do Céu Roldão (2002: 60) “aquilo que se espera que os alunos fiquem a saber e a ser capazes de fazer e agir, depois de terem frequentado a escola”. A perspectiva didáctica foi construída em torno da relação língua/cultura de modo a estabelecer uma ligação unívoca e indissociável entre a língua e a cultura ensinadas e a criar uma coerência intracultural, no intuito de reforçar a identidade dos diferentes públicos. Se é verdade que adquirir uma língua não significa apropriar-se apenas das regras de funcionamento, mas implica, como refere Luísa Álvares Pereira (2008: 10) “penetrar na sua “*gramática cultural*””, conceito este que recobre o conjunto dos códigos de sociabilidade explícitos e implícitos”, não

devemos ignorar que a língua para não se impor como um poder exterior, deve adequar-se, neste caso, ao português utilizado em Timor Leste.

Estávamos conscientes, desde o início, de que o manual escolar era um suporte pedagógico de excepcional relevância dada a falta de contacto dos timorenses com a escrita. Eram também os primeiros manuais que os alunos iriam ter. Simbolizavam, ainda, a reconciliação linguística com o português, depois de um divórcio de 24 anos. Estas razões aumentavam a nossa preocupação em torná-los variados, apelativos, diversificados, adequados, contextualizados... amados.

Em 2006, com o apoio da Fundação Gulbenkian, surgiu *Os loricos vão à escola* no intuito de se fazer uma breve abordagem à língua portuguesa, no domínio do oral, no pré-escolar e, simultaneamente, o de desenvolver alguns pré-requisitos para a aquisição da leitura e da escrita. No fundo com o mesmo desejo agora expresso na Proposta de Política Nacional da Educação 2007-2012, que refere os investimentos na educação pré-escolar como formas “para um melhor desempenho no ensino básico, evitando o abandono escolar precoce e o insucesso escolar e o seu contributo para manter as crianças fora das ruas e oferecer um espaço adequado para elas enquanto os pais trabalham”. Em 2002, estavam registadas 57 escolas de educação pré-primária com 2.904 crianças, sendo duas públicas e as restantes particulares, muitas delas pertencentes à Igreja. Em 2007-2008 existiam 143 estabelecimentos de educação pré-escolar, frequentados por 7.994 crianças. Estes números fazem-nos acreditar que valeria a pena apostar na aprendizagem do português a partir deste nível de ensino e numa formação credível dos docentes.

É tempo de concluir:

A escolha do português como língua oficial contabilizou, do meu ponto de vista, um peso simbólico (ser falado pela guerrilha), identitário (o do seu passado sem grandes imposições, mas também sem grande impacto), afectivo (ligação ao catolicismo) e geoestratégico (Timor confinado à Indonésia, país do qual se acabava de libertar e a uma Austrália *que não ama*, preferiu a língua do antigo colonizador). Feita esta opção, Timor Leste pode, assim, usufruir dos contributos de diferentes blocos (CPLP, Mercosul, SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, União Africana, União Europeia, etc.), construídos em torno de determinados eixos, tendo sempre em vista o seu desenvolvimento, mas, por outro lado, deverá retribuir, fazendo a ponte entre estes e a ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*).

Timor Leste possui, actualmente, manuais para o ensino da língua portuguesa nos ensino pré-primário e primário, adequados a alunos e professores e adaptados àquele contexto. Os manuais poderiam ser utilizados como “rampas de lançamento” para as restantes áreas curriculares, por via da transversalidade linguística incorporada. Contudo, tal não acontece mercê destas duas questões que se colocam:

- que formação foi dada aos professores, cuja preparação, na sua maior parte, já se revelou incipiente e frágil? Nenhuma. O governo de Timor desinvestiu não apenas na formação dos docentes, como também no livro do professor que acompanha cada manual e que havia sido pensado como promotor de uma actualização dos docentes, de forma muito pragmática.

- como está a ser feita a distribuição dos manuais? Era nosso desejo que cada criança tivesse o seu exemplar, de modo a estabelecer com este uma relação afectiva, extensível à própria língua. Constatamos, no entanto, que há problemas na distribuição destes, chegando com dificuldade, com atraso e em quantidades reduzidas às escolas, levando a que os professores não permitam que os alunos levem o manual para casa.

Será que o português vai vingar em Timor Leste? E que português?

O português de Timor Leste é, será e sê-lo-á cada vez mais, uma nova variedade linguística. Não consigo prever o futuro, mas apraz-me que assim seja, porque “A primeira e a mais importante exigência do multiculturalismo é o direito à diferença, que por sua vez vem reforçar a identidade de cada um” (Cristóvão, 2008: 37). A língua portuguesa ressurgirá em Timor Leste se os timorenses quiserem e se soubermos “passar de senhorio a co-proprietário” (Miguel Gonçalves, 2007: 203), mas passa igualmente por uma formação adequada dos professores timorenses, como já foi referido e que poderia ser assunto de nova comunicação, pelo incentivo de políticas do livro e da leitura e dos audiovisuais que contribuam para a sua valorização e sustentadas por uma política de língua no quadro da CPLP.

Glosando Gilvan Muller de Oliveira da UFSC (2009) direi: “o português sairá fortalecido no âmbito da promoção interna da língua se se puder recomendar, com êxito, políticas em que o conhecimento do português não signifique o abandono das demais línguas, e sim um bilinguismo aditivo, no qual o indivíduo possa utilizar adequadamente as suas línguas, em âmbitos específicos.”

101

REFERÊNCIAS

Batoréo, Hanna (2008). “A língua portuguesa em Timor: De que forma deve o ensino de português adaptar-se às diferentes realidades nacionais”, comunicação apresentada no *Encontro sobre Português como Língua Não Materna*, Lisboa (Abril) (não publicada).

Cristóvão, Fernando (2008). *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra, Almedina.

Equipa do Desenvolvimento do Currículo do Ensino Primário (2004). *Programa de Estudo do Meio* (esboço). Baucau.

Equipa do Desenvolvimento do Currículo do Ensino Primário (2005). *Programa Língua Tétum/ Programa Lian Tetun, Ensino Primário – 1º-6º ano*. Baucau, Unicef, Sisa, Ministério da Educação e da Cultura da República Democrática de Timor-Leste.

Equipa do Desenvolvimento do Currículo do Ensino Primário (2005). *Programas – 1º e 2º ano de Escolaridade*. Baucau.

Gonçalves, Miguel (2007). “Diversidade cultural e linguística em Portugal no dobrar do milénio: Problemas e perspectivas”, in *Diálogos com a Lusofonia: Um encontro na Polónia*, apresentado no *Colóquio comemorativo dos 30 anos da Secção Luso-Brasileira do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia*, 11 e 12 de Dezembro de 2007 (http://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISlil-UW_11_GONCALVES-).

Hull, Geoffrey (2001). *Timor-Leste – Identidade, língua e política educacional*. Lisboa, Instituto Camões.

IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de Agosto de 2002 (www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [18/02/08]).

Machete, Rui (2004). "O grande desígnio da CPLP", *Diário de Notícias* de 27 de Agosto.

Oliveira, Gilvan Muller de (2009). "A CPLP e a diversidade", in *Portal do Professor*, Dezembro, ou no sítio <http://blog.educacional.com.br/educacaoindigenagilvan/category/artigos/page/3/> [2/03/2010].

Pereira, Luísa Álvares (2008). *Escrever com as crianças – Como fazer bons leitores e escritores*. Porto, Porto Editora.

Roldão, Maria do Céu (2002). "De que falamos quando falamos de competências?", *Revista Noesis*, 61, Janeiro/ Março, 59-62.

Thomaz, Luis Filipe (1998). *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel.